

CORREIO ECONÔMICO



Divulgação

Montante parcelado em dívidas rurais soma R\$ 20,8 bi

CMN autoriza produtores rurais a renegociar dívidas

Os efeitos climáticos negativos sobre os preços agrícolas levaram o Conselho Monetário Nacional (CMN) a autorizar, na última quinta-feira (28), a renegociação de dívidas de crédito rural por parte de produtores rurais de 16 estados, cujas respectivas solicitações poderão ser feitas até 31 de maio próximo.

Como justificativa, o Ministério da Fazenda, em nota, explicou que

Linhas de crédito

Pelo formato da negociação, as dívidas poderão ser integralmente negociadas, mediante parcelas que vencem, entre 2 de janeiro e 30 de dezembro deste ano, para linhas de crédito contratadas até 30 de dezembro de 2023. O tomador precisa estar com as parcelas em dia.

o comportamento irregular do clima acarretou perdas de produção e produtividade de algumas lavouras, sobretudo, soja e milho, nas regiões Sul, Centro-Oeste e no estado de São Paulo.

Além das culturas citadas, a Ministério da Agricultura admitiu que os produtores de carne e leite têm tido prejuízo, além do encarecimento dos insumos.

Total de R\$ 20,8 bi

Para as atividades de soja, milho e bovinocultura de carne e leite, as operações de investimento terão parcelamento total de R\$ 20,8 bilhões, em recursos equalizados - R\$ 6,3 bilhões relativos a fundos constitucionais e R\$ 1,1 bilhão em recursos obrigatórios.



Divulgação

Projeção da entidade é próxima da feita pelo governo

Economia deve crescer até 2,3% este ano, projeta Acrefi

O PIB deve crescer, até 2,3% este ano, prevê o economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Nicolas Tingas, para quem esse resultado reflete os estímulos fiscais adotados pelo governo, tendo em vista 'impulsionar' a economia nacional. O prog-

nóstico expressivo foi superado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que projetou avanço econômico de até 2,5% em 2024.

Segundo Tingas, a perspectiva é de que, nos próximos meses, o Executivo 'intensifique' a liberação de recursos em municípios de cunho 'bolsonarista', em ano eleitoral.

Cautela já!

Com relação à política monetária, o economista-chefe da Acrefi entende que persiste um cenário de incerteza quanto ao futuro imediato, o que pressupõe uma gestão 'cautelosa' do Banco Central (BC) em relação a trajetória declinante da taxa básica de juros (Selic).

Alavancagem

A atitude prudencial da autoridade monetária, segundo Tingas, é uma reação ao efeito multiplicador do PIB, pela 'alavancagem federal' à demanda agregada, mediante aumento dos gastos eleitorais em estados e municípios, com expansão do crédito privado.

IBGE global

Para tornar mais acessível suas informações pelo globo, o IBGE ativou, a partir da última segunda-feira (25), o seletor de mais de 100 idiomas, nova ferramenta de tradução que visa ampliar o papel do instituto no cenário mundial de produção de estatísticas públicas.

Acesso triplo

Com acesso triplo, seja pelo portal do IBGE, na Agência IBGE Notícias ou no hotsite do Censo Demográfico 2022, a ferramenta permite a tradução automática pelo Google Translate, observa o coordenador de Experiência e Serviços Online do IBGE, Leandro Albertini.

Contrato Petrobras-Unigel impõe 'rombo' de R\$ 500 mi

Cifra foi calculada por auditoria realizada pela área técnica do TCU

Por Marcello Sigwalt

Celebrado nos 'estertores' do ano passado, contrato entre a Petrobras e a indústria petroquímica da área de fertilizantes Unigel, possui indícios de fraudes, de um negócio com risco de apresentar 'prejuízo' de R\$ 500 milhões à petroleira.

Essa é a principal conclusão de relatório elaborado por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com o relator do processo, Benjamim Zymler, a unidade de auditoria especializada em petróleo, gás natural e mineração, ao menos, nove irregularidades graves, como o atropelo da governança da estatal para justificar o contrato com a petroquímica.

Tal parecer, porém, colide frontalmente com aquele proferido pela Petrobras, duas semanas antes, no sentido de que sua apuração interna não havia encontrado qualquer irregularidade no acerto com a Unigel e que o sistema de governança da estatal havia sido "integralmente respeitado".



Divulgação

Relatório do Tribunal de Contas da União aponta 'desvios de governança' no negócio

Em contraste com as conclusões da petroleira, o relatório do TCU identificou, além de 'dribles' intencionais à uma estrutura de "governança mais rígida", por meio de posicionamentos frágeis e superficiais, que denotam a intenção de 'justificar' uma escolha ou uma 'decisão já tomada'.

Para o TCU, "a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais", acrescentando que "há de se averiguar o que tem motivado a Petrobras a defender quase que illogicamente um contrato com uma empresa em recuperação extrajudicial e devedora de quase R\$ 90 milhões à companhia,

cujo resultado tende a ser um prejuízo econômico de quase meio bilhão de reais".

O contrato suspeito foi fechado em 29 de dezembro de 2023, quando as duas fábricas de fertilizantes da Unigel (na Bahia e em Sergipe), já paralisadas, com dificuldades financeiras e arrendadas pela Petrobras, ainda sob o governo Bolsonaro.

Novo escândalo da estatal vem dos Alpes

Escândalo que vem dos Alpes e mancha a imagem da maior estatal brasileira, a empresa suíça de negociação de commodities Trafigura se declarou culpada à Justiça dos Estados Unidos pelo pagamento de propina a autoridades brasileiras (sem indicar nomes específicos) em troca da garantia de negócios vantajosos com a Petrobras, de 2003 a 2014.

A confissão deve render uma multa de US\$ 127 milhões

(R\$ 635 milhões, pelo câmbio atual) à companhia helvética - por violações da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA, na sigla em inglês) - por meio da Trafigura Beheer BV, empresa controladora do Grupo Trafigura durante o período, como parte do acordo com a Justiça.

O Departamento de Justiça (DoJ) ianque - que conduz investigações sobre o comportamento de ex-funcionários e

agentes no Brasil, há mais de dez anos - evitou declinar a identidade de ex-funcionários e agentes subornáveis.

Entre as poucas informações disponíveis, destaca para o fato de que tal esquema de corrupção teria sido descoberto no contexto das investigações da Operação Lava Jato que, em sua 57ª fase, apontou o envolvimento de nomes como Vitól e Glencore, no pagamento de propinas a funcionários da

Petrobras, por empresas que atuam no mercado de compra e venda de petróleo e derivados (trading).

Em sintonia com o 'modus operandi' da Lava Jato, pagamentos usavam empresas de fachada, para que funcionários da Petrobras recebessem os recursos, por meio de contas bancárias offshore. Cálculos do DoJ estimam que a Trafigura lucrou US\$ 61 milhões com o esquema. (M.S.)

Perse tem escalada de judicialização

Reprodução/LinkedIn

Uma escalada de judicialização em massa. É o que se pode prever, como consequência da decisão da Associação Brasileira de Eventos (Abrafesta), de entrar na Justiça, com o objetivo de garantir o acesso de empresas ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), devido às mudanças propostas pelo Ministério da Fazenda ao Congresso Nacional.

A intenção é confirmada pelo presidente da associação, Ricardo Dias: "É evidente que a Abrafesta vai entrar com a judicialização. As outras empresas vão entrar também sozinhas. Terá uma enxurrada".

Entre as motivações para a iniciativa, a entidade argumenta que muitas companhias se 'prepararam' para se adequar às normas do programa, o qual consideram 'vital' para continuarem em atividade. Com as mudanças da



Presidente da Abrafesta, Ricardo Dias

Fazenda, a existência dessas empresas estaria ameaçada. "O cara se compromete com o banco, com os investimentos, com todas as operações que ele devia e com todos esses valores. E agora, o que eles vão fazer?", protesta Dias.

A estratégia da Abrafesta

consiste em entrar na Justiça com vistas a obter decisões liminares (provisórias e ainda pendentes de aprovação definitiva, mas já válidas), com o objetivo de assegurar a continuidade das isenções tributárias, conforme previsto inicialmente na lei.

Pelo lado da Esplanada, as

mudanças propostas se referem ao limite de faturamento das companhias, de modo a excluir empresas tributadas pelo sistema de Lucro Real, ou seja, aquelas com faturamento anual acima de R\$ 78 milhões. A duração do programa foi reduzida de 2027 para 2025.

Para o presidente da Abrafesta, que a nova medida federal prejudicaria os pequenos negócios em grandes eventos, em decorrência de gastos maiores pelos contratantes. Na sua previsão "entendo que os nossos 52 segmentos vão entrar em profundo colapso. Colapso mesmo".

Após defender publicamente o fim gradual do Perse, Haddad acabou recuando, diante da reação negativa do setor de eventos e do Legislativo, que agora será decidida, por meio de projeto de lei, a ser formulada por senadores e deputados. (M.S.)

Recuo de juros nos EUA atrai 'gringos'

Uma vez superada a 'debandada' de R\$ 15 bilhões de recursos estrangeiros da bolsa de valores brasileira, parece que os 'gringos' têm a intenção de focar seus investimentos em ações de empresas brasileiras, diante da perspectiva de redução dos juros pelo Federal Reserve (o bc ianque) nos EUA.

Ainda assim, a estimativa da B3 (B3SA3) é de que a saída de recursos externos do país no primeiro trimestre do ano (1T24)

deva ser a maior já registrada, desde 2020, como reflexo da perda de atratividade de papéis ligados a commodities, como é o caso da Vale (VALE3) e da Petrobras (PETR4). No caso específico da mineradora, o fator de maior peso seria a inconsistência da retomada econômica da China, maior produtora mundial de aço.

Para o sócio fundador da Veedha Investimentos, Rodrigo Moliterno, "a atratividade

das empresas cíclicas pode vir a se potencializar por serem mais sensíveis a juros, com os cortes na Selic, e enquanto o ciclo de commodities está mais complexo".

A tendência favorável ao mercado de capitais tupiniquim pode ser precificada pela decisão do Itaú BBA, de elevar, nesta semana, a recomendação ao setor de consumo discricionário para overweight (equivalente a compra), ao admitir melhora na

economia doméstica, ao mesmo tempo em que a equipe macro revisou, de 1,8% para 2% sua previsão para o crescimento do PIB este ano.

Relatório do Bank of America (BofA) observa a persistência de uma 'falta de apetite' dos investidores por commodities, devido ao fraco desempenho do minério de ferro no acumulado do ano, além do não pagamento de dividendos extraordinários pela Petrobras.